

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL**

Pablo Denardi

**RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA: PROMOVENDO A
SUSTENTABILIDADE NO “RE-CICLO”**

Porto Alegre
2008

Pablo Denardi

**RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA: PROMOVENDO A
SUSTENTABILIDADE NO “RE-CICLO”**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Nascimento

Porto Alegre
2008

Pablo Denardi

**RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA: PROMOVENDO A
SUSTENTABILIDADE NO “RE-CICLO”**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
apresentado ao Programa de Pós Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau
de Especialista em Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Nascimento

Conceito final:

Aprovado em dede.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. – UFRGS

Prof. – UFRGS

Prof. – UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Luiz Felipe Nascimento – UFRGS

*Dedico este trabalho
aos meus pais pelo exemplo
à minha esposa pelo presente e futuro e
aos “catadores” de resíduos.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização Geográfica de Charqueadas.....	9
Figura 2 -	Presidente recebe primeira visita dos parceiros na UTRSU.....	25
Figura 3 -	Equipe Gerdau, Parceiros e Associação de Recicladores no início das obras.....	25
Figura 4 -	Antes e depois do nivelamento do solo.....	26
Figura 5 -	Antes e depois da colocação da linha de vida para trabalhos em altura...	26
Figura 6 -	Antes e depois do concerto do poste elétrico.....	26
Figura 7 -	Apoio da Brigada Militar no descolamento de plataforma móvel durante um mês.....	27
Figura 8 -	Antes e depois do conserto do telhado.....	27
Figura 9 -	Antes e depois da recuperação do piso do galão de triagem.....	27
Figura 10 -	Antes e depois da recuperação da elétrica.....	28
Figura 11 -	Antes e depois da construção de baias externas para materiais processados.....	28
Figura 12 -	Antes e depois do acortinamento vegetal.....	28
Figura 13 -	Visita de licenciamento da FEPAM.....	29
Figura 14 -	Evento de reconhecimento e divulgação de resultados junto aos parceiros.....	30
Figura 15 -	Presidente e membros da Associação agradeceram publicamente aos parceiros.....	30
Figura 16 -	Treinamento com o CEMPRE no auditório da Gerdau Aços Especiais Piratini.....	31
Figura 17 -	Visita à Associação dos Recicladores de Dois Irmãos.....	31
Figura 18 -	Visita da Gerdau à Associação com material retirada da empresa e desta à APAE.....	34
Fluxograma 1 -	Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem.....	13

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVO	7
2.1	OBJETIVO GERAL	7
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE	9
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS	9
3.2	DADOS SÓCIO ECONÔMICOS	10
3.3	A ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE CHARQUEADAS	10
4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
4.1	RECICLADORES OU CATADORES	12
4.2	GOVERNANÇA EM REDES	14
4.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
4.4	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	15
5	MÉTODO	17
6	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	18
7	RELATO DA RESIDÊNCIA SOCIAL	20
7.1	OS ATORES SOCIAIS	20
7.1.1	Secretaria Municipal da Qualidade Ambiental	20
7.1.2	Gerdau Aços Especiais Piratini	21
7.2	MOBILIZAÇÃO DA REDE INTERSETORIAL	23
7.3	DIGNIDADE E LICENÇA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO EMERGENCIAL	24
7.4	OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	31
7.5	DEPOSITÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DOADOR	33
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1 INTRODUÇÃO

A gestão eficaz dos resíduos sólidos recicláveis é uma questão chave para a sustentabilidade mundial. No Brasil cerca de 1% da População Economicamente Ativa (PEA) vive da coleta e processamento de resíduos recicláveis. Isto é, atuam como “catadores”, na maioria dos casos de modo desorganizado. No entanto, sabe-se que esta situação é carente de iniciativas de longo prazo para ser transformada, formando então um “re-ciclo”, um círculo vicioso de manutenção desta realidade. O presente trabalho, resultado de pesquisa-ação realizada com o apoio da tecnologia social de Residência Solidária. São apresentados os resultados obtidos no projeto, através de parceria público-privado, terceiro-setor, na região de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade dos catadores de matérias recicláveis. O referido trabalho demonstra a implantação de um processo sistêmico, capaz de integrar as dimensões social, política, econômico e ambiental, na gestão de resíduos sólidos urbanos com ativa participação da Associação dos Recicladores.

A iniciativa oferece ao município a possibilidade de uma gestão integrada dos resíduos além de uma perspectiva de inclusão social e geração de renda aos recicladores.

2 OBJETIVO

Este capítulo visa apresentar o objetivo geral do relato da residência social bem como seus objetivos específicos.

2.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a gestão sustentável de resíduos sólidos na região de Charqueadas - RS

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Constituir uma rede intersetorial de suporte ao desenvolvimento sustentável da atividade de reciclo na região de Charqueadas - RS;
- b) Auxiliar na reorganização da Associação de Recicladores de Resíduos Sólidos existente na região;
- c) Qualificar os catadores para a gestão de sua associação e participação na rede supracitada;
- d) Possibilitar condições dignas e legais de trabalho aos membros da Associação;
- e) Adequar o espaço físico no qual é hoje desenvolvida a atividade de reciclo à legislação ambiental pertinente;

- f) Contribuir para o empoderamento dos recicladores (catadores) na região de Charqueadas;

3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

Este capítulo apresenta dados do ambiente no qual a Associação de Recicladores está inserida, passando pela caracterização da cidade-sede e seus dados sócio-econômicos.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O município de Charqueadas situa-se à margem direita do Rio Jacuí, na região metropolitana de Porto Alegre, ficando a uma distância de 60 km da capital. A cidade possui em torno de 33 mil habitantes (IBGE, 2006). Sendo seu nome originado da atividade do charque que estava instalada na região.

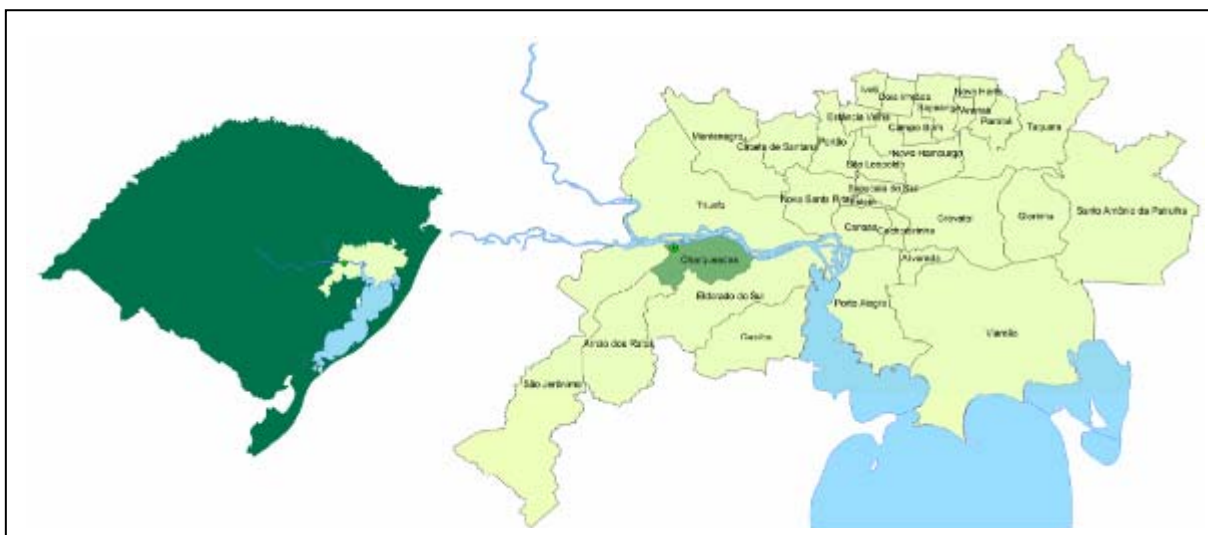


Figura 1 - Localização Geográfica de Charqueadas

Fonte: <http://www.charqueadas.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2008;

Após a abertura da Mina de Charqueadas e a montagem da Usina Térmica de Charqueadas, a cidade passou a integrar o grupo de localidades produtoras de carvão mineral através do CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração). Em 1956, houve a inauguração do Poço Octávio Reis, a mais profunda

exploração de carvão mineral do País, responsável pelo abastecimento da Usina Termelétrica de Charqueadas, a Termochar, inaugurada em 1962. Ambas impulsionaram a vida e a economia de Charqueadas, porém a falta de infra-estrutura do município era uma das maiores preocupações dos moradores. A empresa Aços Finos Piratini, siderúrgica de aços especiais, até então controlada pela Siderbrás, foi inaugurada em 1973 e a sua produção iniciou em 1974, consolidando o fortalecimento da economia local. Em 28 de abril de 1982, houve o desmembramento de São Jerônimo. Os ciclos do carvão e do aço trouxeram um aumento populacional de, aproximadamente, 1550%, no período entre 1960 e 1991.

3.2 DADOS SÓCIO ECONÔMICOS

O município de Charqueadas se caracteriza hoje pela atividade industrial, predominando os ramos da metalurgia e da mecânica, relacionados com o funcionamento da Gerdau Aços Especiais Piratini. O município conta com 38 indústrias, 385 estabelecimentos comerciais e 415 prestadores de serviços (DRM-PMC, 2005).

Os principais produtos industrializados são aços forjados e usinados de precisão, equipamentos de proteção individual, placas isolantes, blocos cerâmicos, esquadrias e estruturas metálicas, confecções de roupas, entre outros já citados acima.

3.3 A ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE CHARQUEADAS

Desde 1997, em torno de 14 pessoas trabalhavam no lixão do município com a catação de materiais recicláveis. Em 2004, através da iniciativa da Prefeitura

Municipal, e de projeto aprovado junto ao Governo Federal de R\$ 570 mil, construiu-se a estrutura do galpão de reciclagem, esteira, sede, balança e os materiais necessários à atividade. Apesar da obra inacabada, A Secretaria de Meio Ambiente do Município propôs ao grupo de catadores a fundação de uma Associação de Recicladores, que seria apoiada pelo Executivo Municipal. O grupo de catadores, liderado pelo atual Presidente, João Luiz da Souza Cruz, fundou a associação em 14 de janeiro de 2004 conforme Estatuto Social sendo o registro de Certidão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 24 de outubro do mesmo ano. Naquele ano, eles realizaram visitas de treinamento nas Associações de Catadores de Caxias do Sul e de Dois Irmãos. O processo começava com a deposição do resíduo da coleta seletiva da cidade, que há pouco havia iniciado, e com a triagem dos materiais na esteira. O volume de material na época obrigou a Associação a trabalhar em 2 turnos, um diurno e outro noturno, com 21 associados. A renda média neste ano chegou a R\$ 890,00 por pessoa. Com a eleição municipal de 2004 e a eleição de um novo Executivo Municipal, a Associação perdeu força de negociação e a Prefeitura Municipal passou a destinar o resíduo diretamente para aterro, diminuindo consideravelmente a destinação à Associação. Isto, pois apesar de estar legalizada como instituição, não possuía licença ambiental do órgão estadual de fiscalização, a FEPAM (Fundação Ambiental de Proteção Ambiental). A situação piorou com o aumento do desemprego na região e o surgimento de diversas famílias de carroceiros que também sobreviviam da renda gerada pela atividade de reciclar. A falta de manutenção do galpão de triagem, cedido à Associação, seguiu durante os anos até 2007 obrigando os catadores a voltar para o lixão municipal. Em meados de setembro de 2006, o Presidente da Associação, João Luiz, solicitou ao Prefeito Municipal o estabelecimento de um convênio de coleta seletiva com a Associação no lugar da empresa que prestava serviço naquele momento. Em outubro daquele ano, através da Nova Lei do Saneamento, que autoriza a contratação de cooperativas e associações de catadores sem processo licitatório, assinou-se o primeiro convênio com os Recicladores. Mesmo assim, o número de associados caiu para 11 pessoas no decorrer de 2 anos e a renda média, para R\$ 500,00 por pessoa.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica explora a realidade do movimento dos catadores no país, e conceitos de governança em redes, desenvolvimento sustentável e da legislação ambiental.

4.1 RECICLADORES OU CATADORES

A catação de resíduos sólidos urbanos é uma realidade nas ruas da maior parte das cidades brasileiras, que se configura em uma forma de sobrevivência de milhares de pessoas que vivem em condições de pobreza extrema. Estas pessoas trabalham em regime forçado, pela necessidade, de forma desorganizada; puxando carroças ou em enormes lixões a céu aberto para conseguir uma renda média de R\$ 80,00 (PANGEA apud FILHO, 2006). Homens e mulheres trabalham em condições quase que completas de insegurança e marginalização, sendo comuns relatos de famílias inteiras de catadores sobrevivendo da atividade nos aterros sanitários (CEMPRE, 2002).

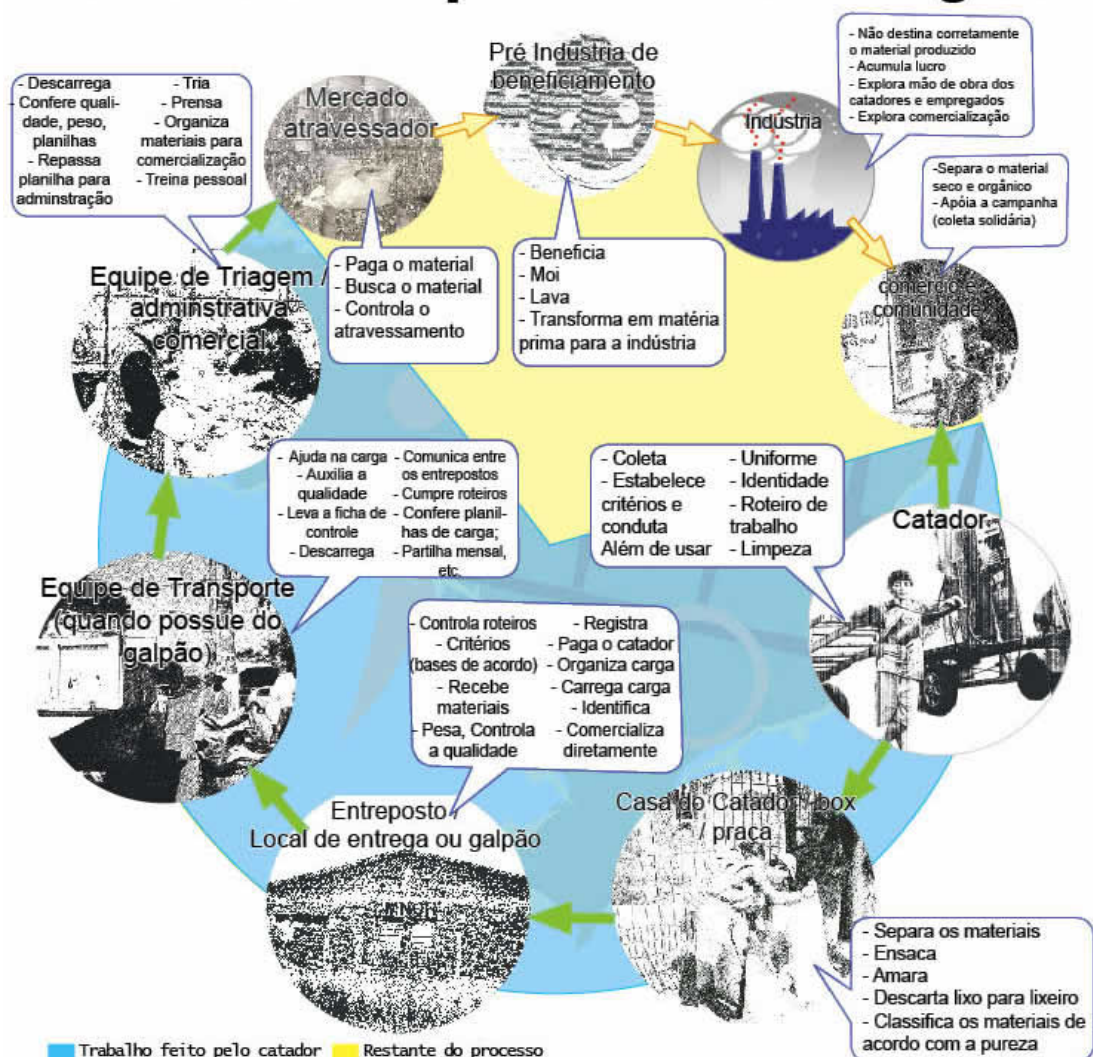
Conforme Filho (2006), na América Latina como um todo, a presença dos catadores cresce e cada país tem uma forma de denominação: “*pepenadores*” no México, “*cartoneros*” na Argentina e “*moscas*” no Peru. O desemprego e o baixo índice de educação formal institucionalizado convêm a uma atividade que não exige conhecimentos técnicos complexos e compõem o cenário favorável ao aumento deste número. A catação de lixo se configura como uma alternativa de geração de renda característica de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. A atividade nestes países têm similaridades como: péssimas condições de trabalho, carência de ajuda do poder público, e discriminação da comunidade em geral (MOTTA apud FILHO, 2006). Além disso, nos últimos anos, houve um aumento considerável no uso de embalagens retornáveis no setor de bens de consumo. A relevância que este

tema tomou no mundo todo, devido aos aspectos ambientais, econômicos e sociais que impactam, segundo Filho (2006):

...organização espacial; na preservação da economia de energia; na geração de empregos; no desenvolvimento de produtos; nas finanças públicas; no saneamento básico; na proteção da saúde pública; e na geração de renda e redução do desperdício de recursos ambientais.”

Outro problema inerente à catação é a presença de atravessadores de material que geralmente ficam com grande parte dos ganhos dos catadores. Abaixo está ilustrado como ocorre o ciclo da cadeia produtiva de reciclagem:

Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem



Fluxograma 1 - Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem

Fonte: <http://www.movimentoscataadores.org.br>. Acesso em: 22 mai. 2008;

4.2 GOVERNANÇA EM REDES

Segundo Gobbi et al. (2005), a governança em redes surge como resposta para a nova realidade de relacionamento entre os diversos atores sociais, já que existem diferentes lógicas de condução dos trabalhos, baseadas no raciocínio de trocas, na regulação e poder formal. O autor retrata ainda que o estabelecimento da cooperação entre os diversos agentes não é harmônico ou fácil. Mesmo com a dependência entre as partes interessadas pode ocorrer tensão devido aos diferentes interesses do jogo político que se constituiu, sendo gerado, também, disputas e conflitos em prejuízo do consenso e da harmonia.

Os autores Klijn e Koppenjan (apud GOBBI, 2005), defendem que a rede tende a seguir a lógica de coordenação dos mercados, de estabilidade da hierarquia como fator preponderante da coordenação da rede. Mas juntamente com a autonomia, surge a mútua dependência. O autor Sauvée (apud GOBBI, 2005), argumenta que neste contexto os direitos de decisão trazem os desafios da conciliação para a tomada de decisões coletivas através de ações individuais.

4.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tratando-se do conceito de desenvolvimento sustentável, que está intimamente ligado às formas de governança, é importante balizarmos qual a descrição do mesmo que é hoje. Conforme o site da WWF, a idéia mais aceita, surgida no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, mais precisamente na Comissão Brundtland nos anos 80, é: “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”,

Segundo a Wikipedia (2008):

A idéia deriva inicialmente do Relatório elaborado pelo MIT para o chamado Clube de Roma, fundado por Aurelio Peccei, intitulado Os Limites do Crescimento e, posteriormente, do conceito de ecodesenvolvimento, proposto nos anos 1970 por Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a

Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Em 1987, a CMMAD, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável em seu relatório Our Common Future (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório Brundtland.

Ainda segundo a Wikipedia (2008):

O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, sendo construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

O desenvolvimento sustentável local, é uma alternativa que muito intimamente se liga ao conceito de governança local, já que requer participação dos atores sociais, respeitando os conceitos base do desenvolvimento sustentável, mas aplicadas pelos cidadãos dotados de direitos e o poder público.

4.4 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece no artigo 225: “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A competência em proteger o meio ambiente e promover programas de melhorias das condições habitacionais e saneamento básico, segundo o artigo 23 desta Constituição, é da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em fevereiro de 1998, publicou-se a Lei de Crimes Ambientais que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. A penalização por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis e regulamentos está prevista em seu artigo 54, parágrafo 2º, inciso V.

No âmbito estadual, a Lei nº 11.520/2000, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado, estabelece no artigo 217 que a coleta, armazenamento,

transporte, tratamento e disposição final de resíduos devem ser licenciados perante o órgão ambiental e processar-se-ão de forma e em condições que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana e o bem-estar público, nem causem prejuízos ao meio ambiente. No seu artigo 218, que compete ao gerador a responsabilidade dos resíduos produzidos; Art. 219: a segregação dos resíduos sólidos domiciliares na origem, visando o seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade e será implantado pelo Estado e Municípios, mediante programas educacionais. Em âmbito municipal, a Lei 1940/2007, que institui a Política Ambiental de Charqueadas, dispõe sobre os procedimentos sobre os resíduos sólidos urbanos: Art. 24. A coleta, transporte, processamento, tratamento e disposição final do resíduo, processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

5 MÉTODO

O projeto foi desenvolvido sob a forma de Residência Social. A Residência Solidária caracteriza-se por ser uma tecnologia de pesquisa ação cuja sustentabilidade necessita, ainda, do empoderamento da comunidade. Esta prática de Gestão Social é embasada na participação efetiva da comunidade em todas as fases de projetos sociais, isto é, na identificação e priorização de problemas, construção de objetivos e de indicadores de monitoramento do projeto, descrição de atividades a serem realizadas, elaboração do cronograma de ação. Na implantação da tecnologia social de Residência Solidária, cabe à comunidade a gestão do processo de mudança pretendido, de forma orientada, bem como a responsabilização pelo desenvolvimento das atividades previstas.

6 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O cenário nacional apresenta uma população de 170 milhões de habitantes produzindo em torno de 126 mil toneladas de resíduos sólidos. O IBGE (2002) registra que 63,6% dos Municípios depositam seus resíduos sólidos em “lixões”, 13,8% utilizam aterros sanitários e 18,4% dispõem seus resíduos em aterros controlados. Os restantes 4,2 % dos Municípios não declararam o destino de seus resíduos. O total de lixo recolhido no município de Charqueadas diariamente é de aproximadamente 17 a 18 toneladas por dia, para uma população estimada de 33.000 habitantes. A produção média de lixo por habitante por dia é da ordem de 15 Kg/lixo per capita/mês; Com base no cálculo de divisão do total de toneladas diárias pelo número de habitantes atendidos pelo sistema de coleta, aproximadamente 90% do total de habitantes do município. O município conta com sistema de coleta seletiva, que abrange alguns bairros da cidade. Dentro deste programa piloto, a Prefeitura Municipal mantém um convênio continuado com a Associação de Recicladores, garantindo a eles emprego e fonte de renda mínima apesar das condições de trabalho. Nesta parceria a prefeitura se encarrega de ceder as dependências da Unidade de Triagem de resíduos Sólidos Urbanos, que não possui licença ambiental e opera ilegalmente, na dicotomia entre os aspectos ambientais e sociais.

A afirmativa que guiará a conceituação do problema abordado é de ARMANI (2007): “Os desafios do desenvolvimento institucional de uma organização da sociedade civil (OSC) dependem da visão política sobre DI e, em larga medida, de sua auto-definição como movimento social, organismo de apoio, ONG e rede”.

A Associação de Recicladores se entende como um movimento social de reciclagem. O desafio neste aspecto é o de se entender como agente transformador da realidade devido à baixa estima com relação à própria imagem que perdura na instituição. Existem apenas dois organismos de apoio à instituição, atualmente, que são a Prefeitura Municipal (por força de lei municipal) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que é um órgão colegiado que regulamenta as políticas de meio ambiente no município. Apesar do grande apelo sobre o tema na mídia nacional,

algumas iniciativas locais ainda devem aproximar o discurso da prática. A ONG Associação de Recicladores não consegue perceber que seu desenvolvimento institucional pode trazer transformações às questões ambientais. O desenvolvimento de uma rede institucional de apoio à Associação de Recicladores juntamente com a Secretaria Municipal da Qualidade Ambiental e empresas da região é de fundamental importância para sua sustentabilidade.

As entregas de resultados do desenvolvimento institucional da Associação de Recicladores poderão ser confirmados através do registro prévio dos aspectos administrativos, de volume de resíduos reciclada, das ações registradas na participação das políticas públicas do município e ações da associação como agente ambiental do município assumindo um caráter estratégico na gestão de resíduos municipal.

7 RELATO DA RESIDÊNCIA SOCIAL

Este capítulo tem por finalidade expor um relato descritivo dos fatos ocorridos durante a residência social, baseado na revisão teórica exposta anteriormente, passando pelos objetivos iniciais do projeto.

7.1 OS ATORES SOCIAIS

Esta seção apresenta em linhas gerais as principais entidades responsáveis pelos resultados alcançados no projeto, passando pelo 1º setor com a Secretaria da Qualidade Ambiental, 2º Setor com a Gerdau Aços Especiais Piratini e o 3º Setor através da Associação de Recicladores, que foi foco do estudo e também ator social de seu próprio desenvolvimento. Sua caracterização está relatada no capítulo 3: CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE, Subtítulo 3.2: Associação de Recicladores de Charqueadas.

7.1.1 Secretaria Municipal da Qualidade Ambiental

A Secretaria Municipal da Qualidade Ambiental (SMQA), dentro de seu quadro de atribuições administrativas, atua no desenvolvimento e aplicação da Política Ambiental do nosso município. Isto se dá através da coordenação de ações e execução de planos, programas, projetos e outras atividades de preservação e recuperação ambiental, visa a manutenção das características ambientais naturais, por meio de estudos, avaliações fiscalizações e elaboração de normas técnicas e procedimentos legais. Estas medidas buscam o assessoramento da Administração Pública Municipal nas questões relativas aos serviços públicos municipais como planejamento local, controle dos diferentes tipos de poluição, expansão urbana,

monitoramento da qualidade das águas dos balneários e monitoramento e conservação das áreas de preservação ambiental (APP's e Reservas).

O interesse da Secretaria no projeto partiu das demandas específicas da legislação aplicável com relação à destinação dos resíduos do município. O custo altíssimo de disposição de resíduos no município de Minas do Leão alertou o Executivo Municipal da necessidade de retomar o processo de reciclagem junto à Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (UTRSU), onde funciona o galpão de reciclagem da Associação de Catadores. Além disso, com a resolução de uma grande lista de pendências de adequação do prédio, o objetivo era o de se obter a licença ambiental do órgão ambiental estadual – FEPAM.

7.1.2 Gerdau Aços Especiais Piratini

A Aços Finos Piratini, sediada em Charqueadas, no Rio Grande do Sul, foi fundada em 12 de dezembro de 1961 como uma sociedade de economia mista controlada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo era promover a recuperação da atividade carbonífera e estimular a indústria metal-mecânica no estado. A empresa começou a operar somente em junho de 1973 e, em março de 1975, passou para o controle da Siderbrás. Em fevereiro de 1992, foi adquirida pelo Grupo Gerdau, através do Programa de Privatização do Governo Federal.

A Gerdau Aços Especiais Piratini (Gerdau AEP), como é chamada atualmente, produtora de aços longos especiais, nova linha de produtos, passou a atender outros segmentos da economia dentre os quais a indústria automotiva.

O Grupo Gerdau investiu 107 milhões de dólares na aquisição, e o mesmo valor foi investido nos três anos seguintes para liquidar débitos, atualizar equipamentos e tecnologias, treinar operadores e ajustar as estruturas gerencial e comercial. Todos esses investimentos fizeram com que a empresa se ajustasse às normas internacionais de produção e de controle ambiental.

Em 1995, a empresa já apresentou lucratividade em consequência da redução de custos e da elevação da produtividade. Em 1992, quando passou para o

controle do Grupo Gerdau, a empresa produzia 141 mil toneladas anuais de aço bruto e 100 mil toneladas anuais de laminados. Em 2004, esses números alcançaram, respectivamente, 345 mil e 383 mil toneladas anuais.

Atualmente, a Gerdau Aços Especiais Piratini é uma das siderúrgicas mais modernas do mundo. A capacidade produtiva da empresa está na marca de 500 mil toneladas/ano de aço bruto, a empresa possui a certificação de qualidade ISO 9002 (1993), o Prêmio Nacional de Qualidade de 2002 e o certificado ISO 14001 (2005).

Com relação ao investimento social na comunidade, a unidade passou por uma grande transformação no seu perfil de atuação após a constituição do Instituto Gerdau em 2005. Inicialmente com foco na doação e atendimento das necessidades das instituições de Charqueadas, as novas diretrizes encaminhadas a toda organização pelo Instituto, fizeram com que a Gerdau Aços Especiais Piratini incluíssem em seu Mapa Estratégico o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Com o conceito da responsabilidade social e do investimento social ainda em construção, o Comitê do Instituto Gerdau, implantado na unidade, decidiu por adotar uma postura de protagonista do desenvolvimento sustentável em Charqueadas. Os investimentos na área passaram de R\$ 200 mil em 2005 para mais de R\$ 730 mil previstos para 2008, demonstrando um forte comprometimento da empresa com a comunidade. A unidade realiza todos os anos reuniões com líderes da comunidade afim de dar transparência ao processo de investimento social e abrir oportunidades para apresentação de projetos de investimento social gerenciados pelas instituições do município. O número de projetos apresentados passou de 40 para 74 no período de 2005 a 2008. Os investimentos são focados na qualidade na educação, educação para o empreendedorismo e competitividade, educação pela cultura e o esporte, educação ambiental e mobilização solidária.

O interesse da Gerdau AEP no projeto se deu pela relevância da proposta da Secretaria da Qualidade Ambiental e seu impacto para a comunidade de Charqueadas. Em consonância com a proposta, no início do ano de 2007, o Grupo Gerdau, através do Instituto Gerdau, decidiu financiar o desenvolvimento de Cooperativas de Catadores em todas as cidades onde houvessem unidades industriais, sendo estas coordenadas através dos Comitês locais, que seriam responsável pela execução e monitoramento.

7.2 MOBILIZAÇÃO DA REDE INTERSETORIAL

A idéia inicial do projeto era a da constituição de uma intersetorial com uma idéia-força capaz de unir os interesses políticos locais do Executivo Municipal, Associação de Recicladores e empresas da região. Conforme SCHLITLER (2004), a rede social é aquela que por iniciativa de pessoas ou organizações provocam transformações sociais nas comunidades, por meio da articulação dos três setores e que a sustentabilidade da rede justifica-se através da idéia-força. A presença das empresas no grupo de gestão era para apoiar a Associação no caso de mudança na política de meio ambiente municipal. Inicialmente o projeto buscou apoio no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMUMA), órgão colegiado, responsável por regular e propor diretrizes para o tema do meio ambiente no município. O objetivo central era de incluir o acompanhamento do desenvolvimento dos assuntos relativos à Associação em pauta fixa no mesmo. A idéia foi aprovada pelos membros da época, mas preciso ainda certificar-se de que a Associação teria apoio das principais empresas da região, afim de ganhar poder nas negociações futuras com a Prefeitura Municipal. Convidaram-se então 2 outras empresas, uma do setor elétrico e outra de autopeças da região. A equipe da Gerdau Aços Especiais Piratini das áreas de Administração e Meio Ambiente, secretário executivo do COMUMA, apresentou o projeto para os responsáveis, obtendo resposta positiva da primeira e não obteve retorno da segunda. As reuniões do COMUMA foram decorrendo normalmente com o projeto sendo acompanhado por ele, até que surgiu a idéia de a Associação ser convidada a fazer parte da Câmara Técnica Assuntos Ambientais e Agenda 21 e participar como membro-convidado da Câmara que regularia os assuntos relativos à gestão de resíduos sólidos municipais, assunto de interesse direto. A Associação aceitou esta idéia e começaram a buscar a documentação relativa para tal. Outra evolução na objetivo inicial foi quando, já em janeiro de 2008, o COMUMA abriu edital para novos membros do Conselho, tendo duas vagas para comércio, no qual resolveu-se enquadrar a Associação de Recicladores. A idéia foi exposta à Associação que entendeu a importância da iniciativa e apresentou a documentação para membro-efetivo do Conselho, que foi aceita por unanimidade pelos membros em março de 2008. Desta forma, a Associação tem voz ativa e voto

nas decisões relativas aos assuntos ambientais da região e no desenvolvimento das políticas públicas do município.

7.3 DIGNIDADE E LICENÇA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO EMERGENCIAL

O segundo objetivo da residência era o de proporcionar condições dignas e legais de trabalho à Associação de Recicladores. Neste caso, o cenário encontrado foi de quase completo abandono. Uma das dificuldades iniciais mapeadas foi a de que este público já havia passado por diversas campanhas e promessas de um futuro melhor e de que “agora estamos juntos”. Mas até aquele momento todas as propostas haviam os levado à condição de baixíssima renda, volta a catação de resíduos no lixão municipal para triagem posterior no galpão de triagem. Citando esta estrutura, todas as instalações físicas cedidas pela Prefeitura estavam em condições precárias de limpeza, manutenção e segurança. Galpão com telhas quebradas, processo interno desorganizado, paredes pichadas, instalações elétricas a ponto de causar acidente a qualquer momento. Em frente à associação havia um poste externo quebrado e com os fios no chão no qual os associados confeccionaram um “gato”, ligação clandestina e precária de energia, para que suas prensas no galpão pudessem funcionar. Após a solicitação da Prefeitura à Gerdau, esta elaborou um plano de mobilização de fornecedores de serviços, aproveitando a oportunidade para desenvolver o conceito de capital social, redes de relacionamento e da responsabilidade social empresarial. Foram convidados, os fornecedores que se enquadravam nas necessidades de recuperação da associação. Inicialmente foram cinco empresas, cada uma de um ramo diferente: construção civil, engenharia elétrica, limpeza e conservação e do beneficiamento de escória, resíduo da siderurgia que pode ser utilizado para a pavimentação. Após o envio de carta-convite através da área de Suprimentos, que acreditou no projeto e também estabeleceu parceria, o objetivo do trabalho foi apresentado na sede da empresa mobilizadora seguida de visita à área. Estiveram presentes na reunião os sócios majoritários das empresas que prontamente firmaram parceria e tomaram pendências da área como um novo projeto.



Figura 2 – Presidente recebe primeira visita dos parceiros na UTRSU

Fonte: Autor do trabalho

A primeira reunião ocorreu em agosto e, nos três meses seguintes, os novos parceiros desenvolveram seus trabalhos nas instalações da Associação, obteve-se o apoio de mais doze empresas mobilizadas pela Gerdau Aços Especiais Piratini e uma pela Prefeitura Municipal, recuperando as áreas degradadas conforme as fotos abaixo:



Figura 3 – Equipe Gerdau, Parceiros e Associação de Recicladores no início das obras

Fonte: Autor do trabalho



Figura 4 – Antes e depois do nivelamento do solo

Fonte: Autor do trabalho



Figura 5 – Antes e depois da colocação da linha de vida para trabalhos em altura

Fonte: Autor do trabalho



Figura 6 – Antes e depois do concerto do poste elétrico

Fonte: Autor do trabalho



Figura 7 – Apoio da Brigada Militar no descolamento de plataforma móvel durante um mês
 Fonte: Autor do trabalho



Figura 8 – Antes e depois do conserto do telhado
 Fonte: Autor do trabalho



Figura 9 – Antes e depois da recuperação do piso do galão de triagem
 Fonte: Autor do trabalho



Figura 10 – Antes e depois da recuperação da elétrica

Fonte: Autor do trabalho



Figura 11 – Antes e depois da construção de baias externas para materiais processados

Fonte: Autor do trabalho



Figura 12 – Antes e depois do acortinamento vegetal

Fonte: Autor do trabalho

Após a conclusão, a Gerdau, através da área de Meio Ambiente e da Secretaria da Qualidade Ambiental, fez a solicitação de visita e de licenciamento

ambiental junto ao órgão ambiental estadual – FEPAM. No dia 30 de novembro após a visita, que ocorreu sem recomendações de correção, a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (UTRSU), onde a Associação exercia seu trabalho, pela primeira vez na sua história passou a operar legalmente. Isto possibilitou à Associação voltar ao trabalho, após as reformas e estabelecimento de novo contrato com a Prefeitura Municipal. Em dezembro a Gerdau enviou carta de agradecimento a todos os parceiros, divulgando que o objetivo do projeto, junto aos fornecedores, foi alcançado.



Figura 13 – Visita de licenciamento da FEPAM

Fonte: Autor do trabalho

Em 15 de janeiro de 2008, a Gerdau juntamente com a Prefeitura Municipal, realizou almoço de reconhecimento para todos aqueles que trabalharam na obra, pedreiros, eletricitas, serventes e sócios majoritários. Na ocasião a Associação agradeceu publicamente a todos os que trabalharam na obra e os estavam apoiando para continuar seu papel junto à comunidade. Além disso, no Encontro com Fornecedores da Gerdau, que congrega todos os fornecedores da região sul, foi realizado reconhecimento pelo apoio prestado ao projeto.



Figura 14 – Evento de reconhecimento e divulgação de resultados junto aos parceiros

Fonte: Autor do trabalho



Figura 15 – Presidente e membros da Associação agradeceram publicamente aos parceiros

Fonte: Autor do trabalho

O evento foi acompanhado de treinamento em temas de Relações Humanas e Organização, Limpeza Urbana, Saúde e Segurança, Trânsito, Reciclagem e Cooperativismo, demonstrando que a qualificação técnica-profissional não é suficiente para o desenvolvimento institucional da associação. O treinamento foi ministrado pelo CEMPRE (Compromisso Empresarial pela Reciclagem), contratada pela Gerdau, e seguida de visita para todos os associados na Associação de Recicladores de Dois Irmãos.



Figura 16 – Treinamento com o CEMPRE no auditório da Gerdau Aços Especiais Piratini

Fonte: CEMPRE



Figura 17 – Visita à Associação dos Recicladores de Dois Irmãos

Fonte: SMQA

7.4 OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Além da desconfiança inicial, fruto dos relacionamentos anteriores da Associação, existiu a óbvia carência de educação formal. Somente dois catadores tinham 2º grau incompleto, que são os atuais Presidente e o Tesoureiro. O restante tem até 4ª série do ensino primário sendo um deles analfabeto. A dificuldade de comunicação, nos termos de entendimento entre o objetivo que se queria divulgar e a vergonha dos associados de mencionar que não haviam entendido o que havia

sido dito. Este fato pode ser ilustrado pela primeira conversa entre os associados e o residente social, quando o mesmo expôs a idéia do projeto. Na ocasião, a SMQA já havia mencionado alguns objetivos para a Associação, mas sem colocar no contexto mais amplo do projeto, que era de desenvolvimento em parceria e em conjunto. Em uma manhã de junho, reunidos todos em frente ao prédio administrativo, ainda antes da reforma, mas já com a expectativa desta, o residente visualizou a necessidade de aproximação e em círculo junto aos associados realizou a exposição conceitual do projeto utilizando linguagem bastante simples e exemplos práticos. Após a exposição e tirada de dúvidas, houve o estabelecimento de um vínculo inicial de confiança entre os associados e o residente. Estes agradeceram ao residente pelo respeito e pela exposição e se colocaram à disposição para a reforma e o que fosse necessário para recuperar a área, o que realmente ocorreu, pois a Associação ajudou no que era possível na reforma dos prédios, limpeza e confecção do calçamento do depósito intermediário.

Outro problema gravíssimo que ocorreu na época foi o da expiração do convênio com a Prefeitura Municipal para a utilização da UTRSU. Isto coincidiu com o início das reformas mobilizadas pela Gerdau junto aos parceiros-fornecedores. Nos três meses que se seguiram à reforma, a Prefeitura, por motivos diversos que o residente prefere não expor neste documento, a Associação perdeu dois de seus membros (eram 12), pois não havia mais geração de renda nesta. Tiveram então que para voltar a ter o “pão de cada dia” voltarem à atividade de catação no lixão municipal. A contra-medida adotada pela empresa foi a de exercer pressão sobre a SMQA para acelerar o processo. Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Social realizou doações de cestas básicas aos associados para a manutenção básica durante os meses sem renda fixa. Em outubro o termo foi assinado dando fim ao grave período, e o pagamento foi normalizado a partir de novembro quando os associados voltaram à atividade de coleta seletiva na região de Charqueadas.

Dos problemas inesperados, em janeiro de 2008, surgiu uma demanda da Promotoria Pública do município para que os associados recebessem os carroceiros da região como membros de sua associação, pois eles eram os únicos licenciados pela FEPAM e os carroceiros geravam diversos depósitos temporários de resíduo na cidade causando mal estar na comunidade em geral. O Presidente da Associação, orientado também pelo residente social, aceitou ouvir a proposta da Promotora, mas

sem perder de vista que deveriam manter sua unidade associativa, afinal de contas, o que adiantava possuir mais membros se a renda média iria cair e voltar a uma situação de penúria. A necessidade primária era de elevar a quantidade de material processado e vendido, antes do aumento do número de membros. A Associação ouviu a proposta e no prazo de trinta dias dado pela Promotora decidiu por realizar contra-proposta que consistia não no aumento do número de membros da Associação, mas sim na compra de todo o material dos carroceiros. A Promotora aceitou a proposta, a partir de março de 2008, a Associação passou a receber material dos carroceiros da região. Existe depósito na cidade próxima de São Jerônimo, a onze quilômetros de Charqueadas, que concorre com a Associação, mas sem licença ambiental.

7.5 DEPOSITÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DOADOR

O desenvolvimento da Associação em parceria com uma unidade industrial do Grupo Gerdau, possibilita parcerias de ganho mútuo. A unidade industrial sempre se utilizou de empresas especializadas e licenciadas, mas não sediadas no município, para a disposição de resíduos de papel e papelão. Esta realidade trazia à empresa um alto custo para o gerenciamento dos resíduos. A empresa, com sede em Sapucaia do Sul, realizava, a pedido da Gerdau, um depósito de valor em reais por quilo de papel e papelão retirado da unidade em favor da APAE de Charqueadas. Com a finalidade de aumentar a renda e emprestar à Associação a imagem de credibilidade que a empresa mantém na região, a área de Administração, responsável pela gestão e contratação das empresas finais de resíduos administrativos da unidade, resolveu propor negócio à Associação, de ser depositário final do resíduo administrativo da unidade e realizar o mesmo depósito à instituição do município. Com os dados não fechados ainda, o Tesoureiro da Associação estima uma elevação em 50% do material para venda final, e uma aumento na renda neste mesmo patamar. O negócio iniciou-se na segunda quinzena do mês de abril. O residente social, fomentador da estratégia, convidou o Tesoureiro a visitar a instituição afim de conhecer a Diretoria e o quadro de alunos,

com o objetivo de sensibilizá-lo com relação ao trabalho da APAE, quando ficou sabendo que um dos associados mantém sua filha na instituição como aluna. O encontro ocorreu durante a visita.



Figura 18 – Visita da Gerdau à Associação com material retirada da empresa e desta à APAE

Fonte: Autor do projeto

Além disso, a Associação está recebendo visitas de escolas da região e também realizando palestras sobre sua atuação, a fim de conscientizar a comunidade com relação à coleta seletiva a partir da atuação das crianças.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na experimentação do alcance dos objetivos iniciais do projeto, pudemos visualizar que no decorrer do desenvolvimento ocorreram diversas adaptações necessárias para que os resultados fossem alcançados.

As recomendações para a Associação de Recicladores é de que deve continuar participando e aprendendo a forma de atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente para poder em futuro próximo realizar uma participação mais objetiva na elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema no município. Deve caminhar no passo de entender que sua contribuição faz a diferença nas proposições do município e entender-se como movimento social e agente transformador. Aos poucos os recicladores estão identificando sua relevância ambiental, missão institucional e visão de futuro. A Associação de Recicladores deve identificar outros organismos de apoio existentes na região, estado e país a fim de diversificar sua base de apoio, e não depender exclusivamente de instituições, ampliando seu horizonte de atuação e visão.

O fato da legalização da UTRSU foi um dos mais importantes e marcantes para a Associação e para a empresa, já que, além da mobilização de parceiros para a responsabilidade social empresarial, a Associação passou a ser a única operação licenciada pela FEPAM na região, o que traz uma vantagem competitiva sem igual. Eles puderam, a partir deste licenciamento, voltar à operação normal e explorar um nicho até então restrito: o de empresas da região. Pelas informações da associação, houve um aumento de 50% no material processado com a participação das empresas. O licenciamento também trouxe a possibilidade de resolução do conflito existente entre os carroceiros e os associados, já que agora estabeleceram uma relação de cliente-fornecedor, e não mais de disputa pelo material.

A empresa vai manter o Incentivo e apoio à Associação para que esta desenvolva autonomia de decisão. A Gerdau atua como um “padrinho”, mostrando os caminhos e apoiando o desenvolvimento, emprestando também a esta instituição sua imagem de credibilidade e legitimidade, valores que, em longo prazo, devem se desenvolver na instituição.

A vivência do residente social próxima à realidade da pobreza e a exposição constante à complexidade de variáveis que a formam na Associação dos Recicladores de Charqueadas, faz com que mais uma vez nos voltemos aos nossos pensamentos e repensemos nossos objetivos de vida: Quais as nossas prioridades? O que queremos deixar para nossos filhos? Qual o futuro de nossa realidade se esta não sofrer uma mudança radical e emergencial? A residência é uma oportunidade excelente de realizar uma auto-reflexão sobre nosso papel na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRION, Rosinha Machado. **Avaliação de Projetos**. Porto Alegre: PPGA, 2008

CARRION, Rosinha Machado; LOPES, André de Oliveira. **Desenvolvimento Local e Governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre**. Porto Alegre: PPGA, 2003.

CODES, Ana Luiza; LOIOLA, Elizabeth; MOURA. **Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: As experiências de Salvador e Porto Alegre**. Disponível em: < <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenanpur.html>>. Acesso em: 20 maio 2008.

FILHO, João D. de O.. **Projeto da Rede de estudos de tecnologias sociais para a geração de emprego e renda e combate à pobreza em países da América do Sul: O Caso dos Catadores de Resíduos Sólidos**; Salvador: UFBA, 2006.

GOBBI, Beatriz C.; et al. **Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder**. São Paulo: FGV, 2005.

GUIA DA COOPERATIVA DE CATADORES DO CEMPRE. Única; Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2002.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MNCR. **Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos: Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem**. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem/>. Acesso em: 22 maio 2008.

MOURA, Suzana. **A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=53&cod_evento_edicao=2&cod_edicao_trabalho=3543>. Acesso em: 20 maio 2008.

SCHOMMER, Paula Chies; FILHO, Genauto Carvalho F. **A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática**. Disponível em: < <http://coloquio.ciags.org.br/coloquio/content/download/114/544/file/Programa%C3%A7%C3%A3o%20Detalhada.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2008.

WIKIPEDIA. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 20 maio 2008.